

Adolfo Sánchez Vázquez

Ética

Tradução de
João Dell'Anna

37ª edição



Rio de Janeiro
2017

Copyright © Adolfo Sánchez Vázquez, 1997

TÍTULO ORIGINAL ESPANHOL
Ética

CAPA
Anderson Junqueira

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Sánchez Vázquez, Adolfo, 1915-2011
S195e Ética / Adolfo Sánchez Vázquez; tradução de João Dell'Anna. – 37ª ed.
37ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
304p.

Tradução de: *Ética*
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-200-1014-3

1. *Ética*. I. Título.

98-1833

CDD – 170
CDU – 17



Todos os direitos reservados. É proibido reproduzir, armazenar ou transmitir partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direitos desta tradução adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Um selo da

EDITORA JOSÉ OLYMPIO LTDA.

Rua Argentina, 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: (21) 2585-2000

Seja um leitor preferencial Record.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:

mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002.

Impresso no Brasil
2017

Sumário

PRÓLOGO 9

Capítulo I. Objeto da Ética 13

1. PROBLEMAS MORAIS E PROBLEMAS ÉTICOS 15
2. O CAMPO DA ÉTICA 19
3. DEFINIÇÃO DA ÉTICA 22
4. ÉTICA E FILOSOFIA 25
5. A ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS 29

Capítulo II. Moral e história 35

1. CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL 37
2. ORIGENS DA MORAL 39
3. MUDANÇAS HISTÓRICO-SOCIAIS E MUDANÇAS DA MORAL 42
4. O PROGRESSO MORAL 53

Capítulo III. A essência da moral 61

1. O NORMATIVO E O FATUAL 63
2. MORAL E MORALIDADE 65
3. CARÁTER SOCIAL DA MORAL 66
4. O INDIVIDUAL E O COLETIVO NA MORAL 70
5. ESTRUTURA DO ATO MORAL 75
6. SINGULARIDADE DO ATO MORAL 80
7. CONCLUSÃO 82

Capítulo IV. A moral e outras formas de comportamento humano 85

1. DIVERSIDADE DO COMPORTAMENTO HUMANO 87
2. MORAL E RELIGIÃO 89

3. MORAL E POLÍTICA 92
4. MORAL E DIREITO 97
5. MORAL E TRATO SOCIAL 101
6. MORAL E CIÊNCIA 103

Capítulo V. Responsabilidade moral, determinismo e liberdade 107

1. CONDIÇÕES DA RESPONSABILIDADE MORAL 109
2. A IGNORÂNCIA E A RESPONSABILIDADE MORAL 111
3. COAÇÃO EXTERNA E RESPONSABILIDADE MORAL 113
4. COAÇÃO INTERNA E RESPONSABILIDADE MORAL 116
5. RESPONSABILIDADE MORAL E LIBERDADE 118
6. TRÊS POSIÇÕES FUNDAMENTAIS NO PROBLEMA DA LIBERDADE 119
7. O DETERMINISMO ABSOLUTO 120
8. O LIBERTARISMO 123
9. DIALÉTICA DA LIBERDADE E DA NECESSIDADE 126
10. CONCLUSÃO 131

Capítulo VI. Os valores 133

1. QUE SÃO OS VALORES 136
2. SOBRE O VALOR ECONÔMICO 138
3. DEFINIÇÃO DO VALOR 140
4. OBJETIVISMO E SUBJETIVISMO AXIOLÓGICOS 141
5. A OBJETIVIDADE DOS VALORES 146
6. VALORES MORAIS E NÃO MORAIS 147

Capítulo VII. A avaliação moral 151

1. CARÁTER CONCRETO DA AVALIAÇÃO MORAL 153
2. O BOM COMO VALOR 155
3. O BOM COMO FELICIDADE (EUDEMONISMO) 158
4. O BOM COMO PRAZER (HEDONISMO) 160
5. O BOM COMO “BOA VONTADE” (FORMALISMO KANTIANO) 164
6. O BOM COMO ÚTIL (UTILITARISMO) 168
7. CONCLUSÕES A RESPEITO DA NATUREZA DO BOM 171

Capítulo VIII. A obrigatoriedade moral 177

1. NECESSIDADE, COAÇÃO E OBRIGATORIEDADE MORAL 180
2. OBRIGAÇÃO MORAL E LIBERDADE 181
3. CARÁTER SOCIAL DA OBRIGAÇÃO MORAL 183
4. A CONSCIÊNCIA MORAL 184
5. TEORIAS DA OBRIGAÇÃO MORAL 189
6. TEORIAS DEONTOLÓGICAS DO ATO 191
7. TEORIAS DEONTOLÓGICAS DA NORMA (A TEORIA KANTIANA DA OBRIGAÇÃO MORAL) 193
8. TEORIAS TELEOLÓGICAS (EGOÍSMO E UTILITARISMO) 198
9. UTILITARISMO DO ATO E UTILITARISMO DA NORMA 200
10. CONCLUSÕES 205

Capítulo IX. A realização da moral 207

1. OS PRINCÍPIOS MORAIS BÁSICOS 209
2. A MORALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO 211
3. AS VIRTUDES MORAIS 214
4. A REALIZAÇÃO MORAL COMO EMPREENDIMENTO COLETIVO 216
5. A VIDA ECONÔMICA E A REALIZAÇÃO DA MORAL 217
6. A ESTRUTURA SOCIAL E POLÍTICA E A VIDA MORAL 223
7. A VIDA ESPIRITUAL DA SOCIEDADE E A REALIZAÇÃO DA MORAL 229
8. CONCLUSÕES 233

Capítulo X. Forma e justificação dos juízos morais 235

1. A FORMA LÓGICA DOS JUÍZOS MORAIS 237
2. FORMAS ENUNCIATIVAS, PREFERENCIAIS E IMPERATIVAS 238
3. SIGNIFICADO DO JUÍZO MORAL 242
4. A TEORIA EMOTIVISTA 242
5. O INTUICIONISMO ÉTICO 245
6. A JUSTIFICAÇÃO RACIONAL DOS JUÍZOS MORAIS 247
7. A “GUILHOTINA” DE HUME 249
8. CRITÉRIOS DE JUSTIFICAÇÃO MORAL 253
9. A SUPERAÇÃO DO RELATIVISMO ÉTICO 259

Capítulo XI. Doutrinas éticas fundamentais 267

1. ÉTICA E HISTÓRIA 269

2. ÉTICA GREGA 270

3. ÉTICA CRISTÃ MEDIEVAL 277

4. A ÉTICA MODERNA 281

5. A ÉTICA CONTEMPORÂNEA 285

BIBLIOGRAFIA 299

Prólogo

Este livro pretende introduzir o leitor no estudo dos problemas fundamentais da ética. Concebendo-o desta maneira, com texto introdutório, tivemos presentes as exigências do ensino desta disciplina nos cursos universitários, nos institutos normais e nas escolas técnicas preparatórias. Por isto, procuramos abordar os temas mais importantes que constam nos vigentes programas de ética: objeto da ética, essência da moral, responsabilidade moral, determinismo e liberdade, avaliação moral, obrigatoriedade moral, realização da moral e doutrinas éticas fundamentais. Examinamos também outros temas que não costumam figurar nesses programas e que nos parecem de suma importância: moral e história, moral e outras formas de comportamento humano e, finalmente, forma lógica e justificação dos juízos morais.

A ideia de que a ética deve ter suas raízes no fato da moral, como sistema de regulamentação das relações entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, orientou nosso estudo. Por ser a moral uma forma de comportamento humano que se encontra em todos os tempos e em todas as sociedades, partimos do critério de que é preciso considerá-la em toda a sua diversidade, fixando embora a nossa atenção, de maneira especial, em suas manifestações atuais. Podemos assim impugnar as tentativas especulativas de tratar a moral como um sistema normativo único, válido para todos os tempos e para todos os homens, assim como rejeitar a tendência de identificá-la com uma determinada forma histórico-concreta de comportamento moral.

Por conseguinte, este livro pretende abordar a moral como uma forma específica de comportamento humano, cujos agentes são os

indivíduos concretos, indivíduos, porém, que só agem moralmente quando em sociedade, dado que a moral existe necessariamente para cumprir uma função social.

Examinamos então os diversos fatores sociais que contribuem, de uma ou de outra maneira, para a realização da moral, mas sem nunca esquecer que o verdadeiro comportamento moral coloca sempre em ação os indivíduos como tais, pois o ato moral exige a sua decisão livre e consciente, assumida por uma convicção interior e não por uma atitude exterior e impessoal.

Nada mais alheio à nossa intenção do que nos refugiarmos num neutralismo ético — muito em voga hoje em certas correntes —, mas igualmente não pretendemos ceder a um normativismo ou dogmatismo ético que transforma a ética, mais do que numa teoria da moral, num código de normas. Trata-se de estudar o que a moral é em sua essência, como empreendimento individual e social, porque somente assim, com base neste estudo, se podem pôr em evidência os lineamentos de uma nova moral; aquela que, de acordo com as necessidades e possibilidades de nosso tempo, contribua para aproximar o homem atual de uma moral verdadeiramente humana e universal.

Examinando uma série de questões cruciais de ética, procuramos expor diversas e até contrárias posições, não eclética mas criticamente, isto é, sem ocultar nossa posição pessoal. A bibliografia, ainda que sucinta, foi selecionada de maneira a que os nossos leitores não só possam ampliar ou enriquecer o que o presente livro lhes oferece, mas também confrontar as ideias nele expostas e sustentadas com as ideias expostas e sustentadas por outras obras.

Dada a finalidade didática que nos propusemos, esforçamo-nos por utilizar uma linguagem clara e acessível, sem prejuízo, contudo, das exigências teóricas de rigor, nem de fundamentação e de sistematicidade de toda a investigação. Com esse fim, dispensamos, no livro, o aparato de citações e, por razões análogas, reduzimos a bibliografia a um certo número de obras em espanhol, salvo nos casos — não muitos — em que julgamos indispensável incluir obras em línguas estrangeiras.

ÉTICA

Em conclusão, entregamos nosso livro aos leitores — estudantes e professores —, pois são eles, afinal, os que julgarão se conseguimos o que nos propusemos. Terminando, temos de acrescentar às nossas intenções a de ampliar o ensino da ética nos nossos centros de ensino sob um ponto de vista diferente dos que predominaram até hoje.

A. S. V.

MÉXICO, D. F., JANEIRO DE 1969

CAPÍTULO I Objeto da Ética

1. PROBLEMAS MORAIS E PROBLEMAS ÉTICOS

Nas relações cotidianas entre os indivíduos, surgem continuamente problemas como estes: Devo cumprir a promessa x que fiz ontem ao meu amigo Y , embora hoje perceba que o cumprimento me causará certos prejuízos? Se alguém se aproxima, à noite, de maneira suspeita e receio que me possa agredir, devo atirar nele, aproveitando que ninguém pode ver, a fim de não correr o risco de ser agredido? Com respeito aos crimes cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, os soldados que os executaram, cumprindo ordens militares, podem ser moralmente condenados? Devo dizer sempre a verdade ou há ocasiões em que devo mentir? Quem, numa guerra de invasão, sabe que o seu amigo Z está colaborando com o inimigo, deve calar, por causa da amizade, ou deve denunciá-lo como traidor? Podemos considerar bom o homem que se mostra caridoso com o mendigo que bate à sua porta e, durante o dia — como patrão —, explora impiedosamente os operários e os empregados da sua empresa? Se um indivíduo procura fazer o bem e as consequências de suas ações são prejudiciais àqueles que pretendia favorecer, porque lhes causa mais prejuízo do que benefício, devemos julgar que age corretamente de um ponto de vista moral, quaisquer que tenham sido os efeitos de sua ação?

Em todos estes casos, trata-se de problemas práticos, isto é, de problemas que se apresentam nas relações efetivas, reais, entre indivíduos ou quando se julgam certas decisões e ações dos mesmos. Trata-se, por sua vez, de problemas cuja solução não concerne somente à pessoa que os propõe, mas também a outra ou outras

pessoas que sofrerão as consequências da sua decisão e da sua ação. As consequências podem afetar somente um indivíduo (devo dizer a verdade ou devo mentir a X?); em outros casos, trata-se de ações que atingem vários indivíduos ou grupos sociais (os soldados nazistas deviam executar as ordens de extermínio emanadas de seus superiores?). Enfim, as consequências podem estender-se a uma comunidade inteira, como a nação (devo guardar silêncio em nome da amizade, diante do procedimento de um traidor?).

Em situações como estas que acabamos de enumerar, os indivíduos se defrontam com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que se julgam mais apropriadas ou mais dignas de ser cumpridas. Estas normas são aceitas intimamente e reconhecidas como obrigatórias: de acordo com elas, os indivíduos compreendem que têm o dever de agir desta ou daquela maneira. Nestes casos, dizemos que o homem age moralmente e que neste seu comportamento se evidenciam vários traços característicos que o diferenciam de outras formas de conduta humana. Sobre este comportamento, que é o resultado de uma decisão refletida e, por isto, não puramente espontânea ou natural, os outros julgam, de acordo também com normas estabelecidas, e formulam juízos como os seguintes: “X agiu bem mentindo naquelas circunstâncias”; “Z devia denunciar o seu amigo traidor”, etc.

Desta maneira temos, pois, de um lado, atos e formas de comportamentos dos homens em face de determinados problemas, que chamamos morais, e, do outro lado, juízos que aprovam ou desaprovam moralmente os mesmos atos. Mas, por sua vez, tanto os atos quanto os juízos morais pressupõem certas normas que apontam o que se deve fazer. Assim, por exemplo, o juízo: “Z devia denunciar o seu amigo traidor”, pressupõe a norma “os interesses da pátria devem ser postos acima dos da amizade”.

Por conseguinte, na vida real, defrontamo-nos com problemas práticos do tipo dos enumerados, dos quais ninguém pode eximir-se. E, para resolvê-los, os indivíduos recorrem a normas, cumprem determinados atos, formulam juízos e, às vezes, se servem de determinados argumentos ou razões para justificar a decisão adotada ou os passos dados.

Tudo isto faz parte de um tipo de comportamento efetivo, tanto dos indivíduos quanto dos grupos sociais e tanto de ontem quanto de hoje. De fato, o comportamento humano prático-moral, ainda que sujeito a variação de uma época para outra e de uma sociedade para outra, remonta até as próprias origens do homem como ser social.

A este comportamento prático-moral, que já se encontra nas formas mais primitivas de comunidade, sucede posteriormente — muitos milênios depois — a reflexão sobre ele. Os homens não só agem moralmente (isto é, enfrentam determinados problemas nas suas relações mútuas, tomam decisões e realizam certos atos para resolvê-los e, ao mesmo tempo, julgam ou avaliam de uma ou de outra maneira estas decisões e estes atos), mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto da sua reflexão e de seu pensamento. Dá-se assim a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa. Quando se verifica esta passagem, que coincide com o início do pensamento filosófico, já estamos propriamente na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos.

À diferença dos problemas prático-morais, os éticos são caracterizados pela sua generalidade. Se na vida real um indivíduo concreto enfrenta uma determinada situação, deverá resolver por si mesmo, com a ajuda de uma norma que reconhece e aceita intimamente, o problema de como agir de maneira a que sua ação possa ser boa, isto é, moralmente valiosa. Será inútil recorrer à ética com a esperança de encontrar nela uma norma de ação para cada situação concreta. A ética poderá dizer-lhe, em geral, o que é um comportamento pautado por normas, ou em que consiste o fim — o bom — visado pelo comportamento moral, do qual faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou o de todos. O problema do que fazer em cada situação concreta é um problema prático-moral e não teórico-ético. Ao contrário, definir o que é o bom não é um problema moral cuja solução caiba ao indivíduo em cada caso particular, mas um problema geral de caráter teórico, de

competência do investigador da moral, ou seja, do ético. Assim, por exemplo, na Antiguidade grega, Aristóteles se propõe o problema teórico de definir o que é o bom. Sua tarefa é investigar o conteúdo do bom, e não determinar o que cada indivíduo deve fazer em cada caso concreto para que o seu ato possa ser considerado bom. Sem dúvida, esta investigação teórica não deixa de ter consequências práticas, porque, ao se definir o que é o bom, se está traçando um caminho geral, em cujo marco os homens podem orientar a sua conduta nas diversas situações particulares. Neste sentido, a teoria pode influir no comportamento moral-prático. Mas, apesar disso, o problema prático que o indivíduo deve resolver na sua vida cotidiana e o problema teórico cuja solução compete ao investigador, a partir da análise do material que lhe é proporcionado pelo comportamento efetivo dos homens, não podem ser identificados. Muitas teorias éticas organizaram-se em torno da definição do bom, na suposição de que, se soubermos determinar o que é, poderemos saber o que devemos fazer ou não fazer. As respostas sobre o que é o bom variam, evidentemente, de uma teoria para outra: para uns, o bom é a felicidade ou o prazer; para outros, o útil, o poder, a autocriação do ser humano, etc.

Mas, juntamente com este problema central, colocam-se também outros problemas éticos fundamentais, tais como o de definir a essência ou os traços essenciais do comportamento moral, à diferença de outras formas de comportamento humano, como a religião, a política, o direito, a atividade científica, a arte, o trato social, etc. O problema da essência do ato moral envia a outro problema importantíssimo: o da responsabilidade. É possível falar em comportamento moral somente quando o sujeito que assim se comporta é responsável pelos seus atos, mas isto, por sua vez, envolve o pressuposto de que pôde fazer o que queria fazer, ou seja, de que pôde escolher entre duas ou mais alternativas, e agir de acordo com a decisão tomada. O problema da liberdade da vontade, por isso, é inseparável do da responsabilidade. Decidir e agir numa situação concreta é um problema prático-moral; mas investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com

o determinismo ao qual nossos atos estão sujeitos é um problema teórico, cujo estudo é da competência da ética. Problemas éticos são também o da obrigatoriedade moral, isto é, o da natureza e fundamentos do comportamento moral enquanto obrigatório, bem como o da realização moral, não só como empreendimento individual, mas também como empreendimento coletivo.

Os homens, porém, em seu comportamento prático-moral, não somente cumprem determinados atos, como, ademais, julgam ou avaliam os mesmos; isto é, formulam juízos de aprovação ou de reprovação deles e se sujeitam consciente e livremente a certas normas ou regras de ação. Tudo isto toma a forma lógica de certos enunciados ou proposições. Neste ponto, abre-se para a ética um vasto campo de investigação que, em nosso tempo, constituiu uma sua seção especial sob o nome de *metaética*, cuja tarefa é o estudo da natureza, função e justificação dos juízos morais. Precisamente este último é um problema metaético fundamental: ou seja, examinar se se podem apresentar razões ou argumentos — e, em tal caso, que tipo de razões ou de argumentos para demonstrar a validade de um juízo moral e, particularmente, das normas morais.

Os problemas teóricos e os problemas práticos, no terreno moral, se diferenciam, portanto, mas não estão separados por uma barreira intransponível. As soluções que se dão aos primeiros não deixam de influir na colocação e na solução dos segundos, isto é, na própria prática moral; por sua vez, os problemas propostos pela moral prática, vivida, assim como as suas soluções, constituem a matéria de reflexão, o fato ao qual a teoria ética deve retornar constantemente para que não seja uma especulação estéril, mas sim a teoria de um modo efetivo, real, de comportamento do homem.

2. O CAMPO DA ÉTICA

Os problemas éticos caracterizam-se pela sua generalidade e isto os distingue dos problemas morais da vida cotidiana, que são os que se nos apresentam nas situações concretas. Mas, desde que

a solução dada aos primeiros influi na moral vivida — sobretudo quando se trata não de uma ética absolutista, apriorística ou puramente especulativa —, a ética pode contribuir para fundamentar ou justificar certa forma de comportamento moral. Assim, por exemplo, se a ética revela uma relação entre o comportamento moral e as necessidades e os interesses sociais, ela nos ajudará a situar no devido lugar a moral efetiva, real, de um grupo social que tem a pretensão de que seus princípios e suas normas tenham validade universal, sem levar em conta necessidades e interesses concretos. Por outro lado, se a ética, quando trata de definir o que é o bom, recusa reduzi-lo àquilo que satisfaz meu interesse pessoal, exclusivo, evidentemente influirá na prática moral ao rejeitar um comportamento egoísta como moralmente válido. Por causa de seu caráter prático, enquanto disciplina teórica, tentou-se ver na ética uma disciplina normativa, cuja função fundamental seria a de indicar o melhor comportamento do ponto de vista moral. Mas esta caracterização da ética como disciplina normativa pode levar — e, no passado, frequentemente levou — a esquecer seu caráter propriamente teórico. Certamente, muitas éticas tradicionais partem da ideia de que a missão do teórico, neste campo, é dizer aos homens o que devem fazer, ditando-lhes as normas ou princípios pelos quais pautar seu comportamento. O ético transforma-se assim numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade. Mas a função fundamental da ética é a mesma de toda teoria: explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes. Por outro lado, a realidade moral varia historicamente e, com ela, variam os seus princípios e as suas normas. A pretensão de formular princípios e normas universais, deixando de lado a experiência moral histórica, afastaria da teoria precisamente a realidade que deveria explicar. Também é certo que muitas doutrinas éticas do passado não são uma investigação ou esclarecimento da moral como comportamento efetivo, humano, mas uma justificação ideológica de determinada moral, correspondente a determinadas

necessidades sociais, e, para isto, elevam os seus princípios e as suas normas à categoria de princípios e normas universais, válidos para qualquer moral. Mas o campo da ética nem está à margem da moral efetiva, nem tampouco se limita a uma determinada forma temporal e relativa da mesma.

A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade. O que nela se afirma sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega, ou para a moral que vigora de fato numa comunidade humana moderna. É isso que assegura o seu caráter teórico e evita sua redução a uma disciplina normativa ou pragmática. O valor da ética como teoria está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas.

Como reação a estes excessos normativistas das éticas tradicionais, procurou-se nos últimos tempos limitar o domínio da ética aos problemas da linguagem e do raciocínio moral, renunciando-se a abordar questões como a definição do bom, a essência da moral, o fundamento da consciência moral, etc. Pois bem; embora as questões sobre a linguagem, natureza e significado dos juízos morais tenham uma grande importância — e, por isto, se justifique que sejam estudadas de maneira especial na metaética —, não podem ser as únicas questões tratadas na ética e também não podem ser abordadas independentemente dos problemas éticos fundamentais, levantados pelo estudo do comportamento moral, da moral efetiva em todas as suas manifestações. Este comportamento se apresenta como uma forma de comportamento humano, como um fato, e cabe à ética explicá-lo, tomando a prática moral da humanidade em seu conjunto como objeto de sua reflexão. Neste sentido, como qualquer teoria, a ética é explicação daquilo que foi ou é, e não uma simples descrição. Não lhe cabe formular juízos de valor sobre a prática moral de outras sociedades, ou de outras épocas, em nome de uma moral absoluta e universal, mas deve, antes, explicar a razão de ser desta pluralidade e das mudanças de

moral; isto é, deve esclarecer o fato de os homens terem recorrido a práticas morais diferentes e até opostas.

A ética parte do fato da existência da história da moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. Como teoria, não se identifica com os princípios e normas de nenhuma moral em particular e tampouco pode adotar uma atitude indiferente ou eclética diante delas. Juntamente com a explicação de suas diferenças, deve investigar o princípio que permita compreendê-las no seu movimento e no seu desenvolvimento.

Como as demais ciências, a ética se defronta com fatos. Que estes sejam humanos implica, por sua vez, em que sejam fatos de valor. Mas isto não prejudica em nada as exigências de um estudo objetivo e racional. A ética estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam valioso e, além disto, obrigatório e inescapável. Mas nada disto altera minimamente a verdade de que a ética deve fornecer a compreensão racional de um aspecto real, efetivo, do comportamento dos homens.

3. DEFINIÇÃO DA ÉTICA

Assim como os problemas teóricos morais não se identificam com os problemas práticos, embora estejam estritamente relacionados, também não se podem confundir a ética e a moral. A ética não cria a moral. Conquanto seja certo que toda moral supõe determinados princípios, normas ou regras de comportamento, não é a ética que os estabelece numa determinada comunidade. A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais.